

REDUÇÃO DA POBREZA E O BOLSA FAMÍLIA

**Comissão de Seguridade
Social e Família**

Brasília, 02 de dezembro de 2015

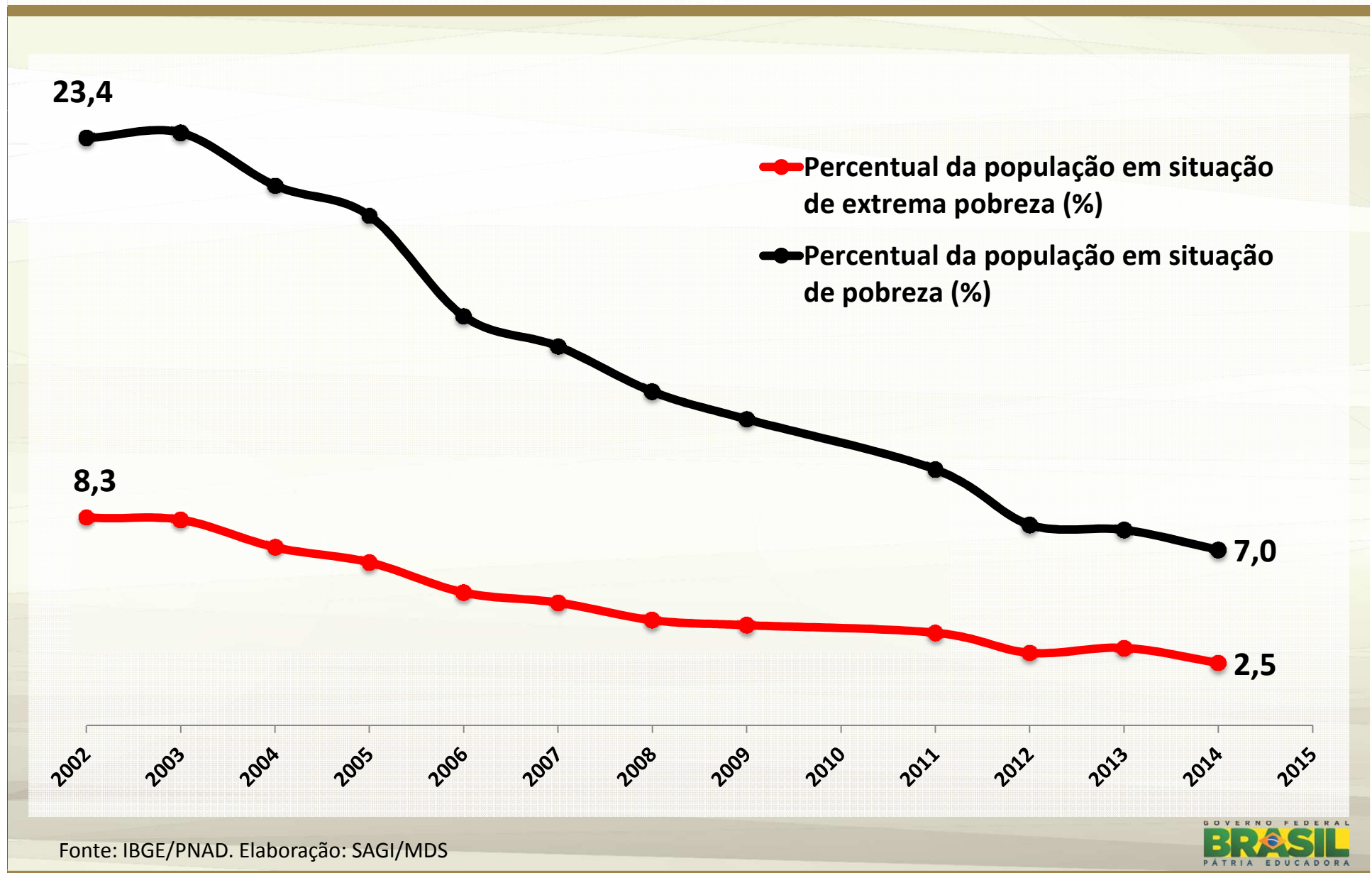
1) Redução da pobreza – PNAD 2014

2) PLOA 2016/Bolsa Família

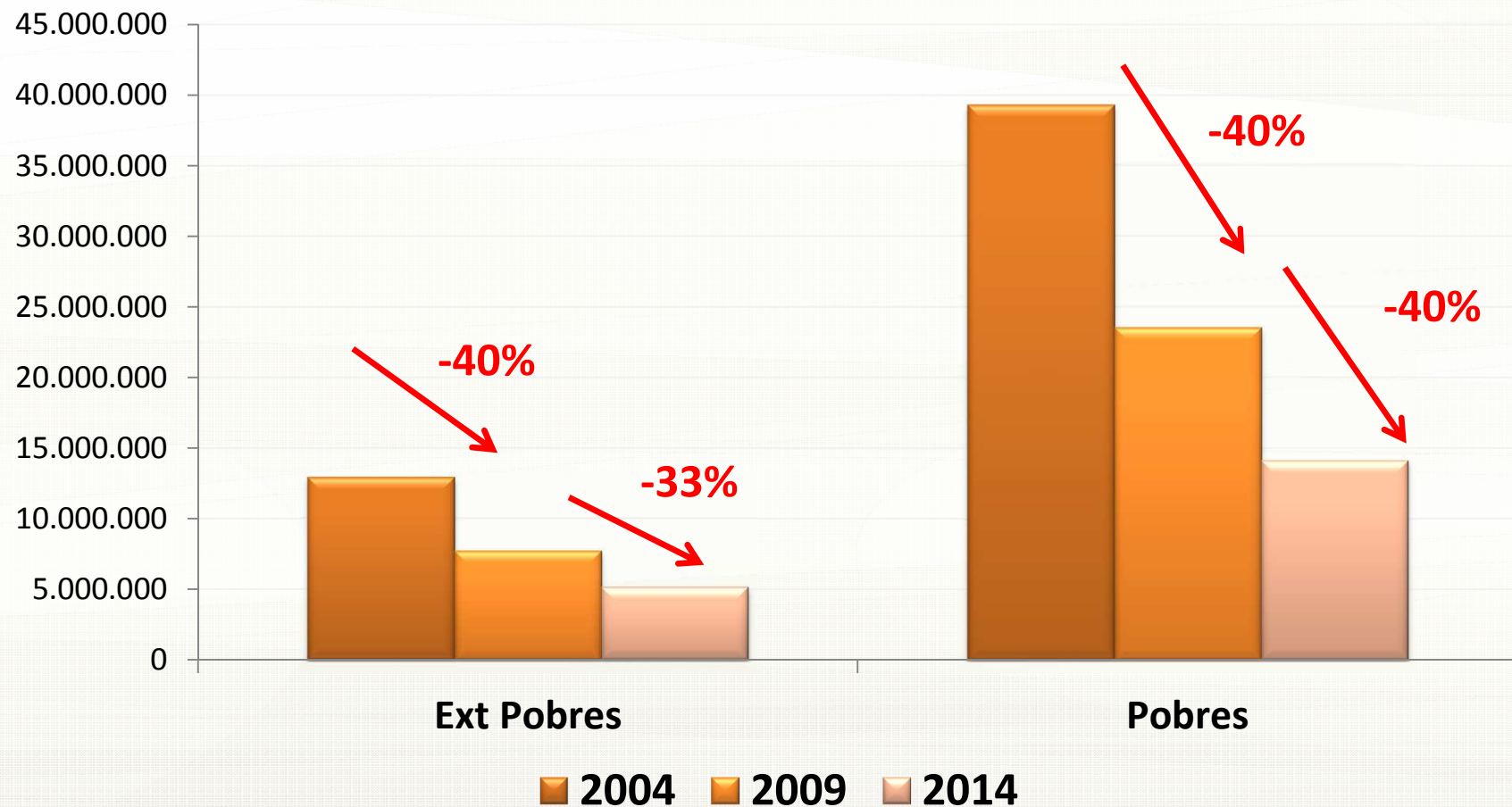
- Execução financeira e orçamentária
- Transparência e mecanismos de controle
- Regra de permanência
- Impactos do corte orçamentário no Bolsa Família

Redução da Pobreza e da Desigualdade

Extrema Pobreza e Pobreza, Brasil, 2002-2014

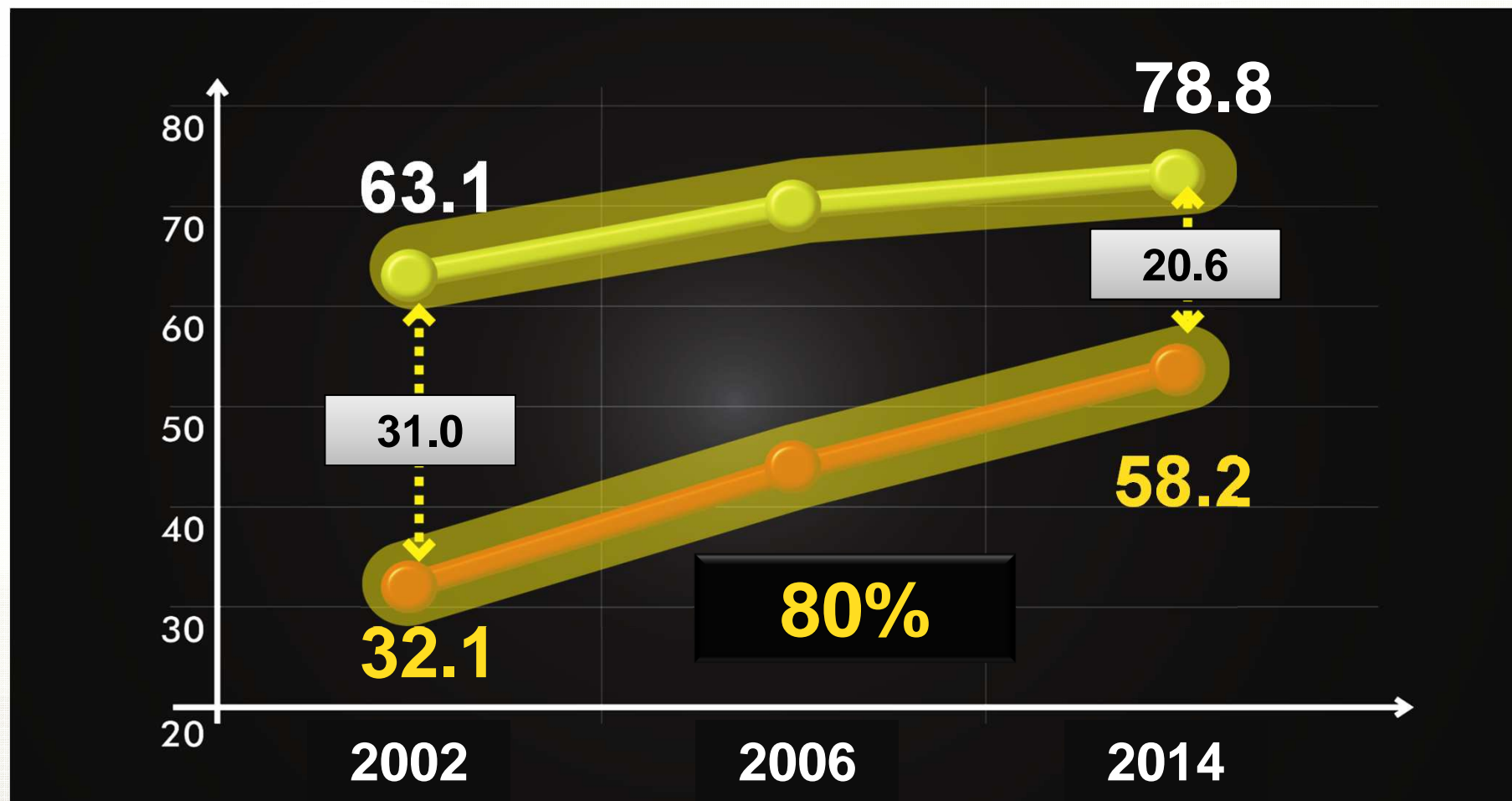


A queda da pobreza monetária manteve a intensidade nos dez anos, mesmo em contextos econômicos diferentes



Bolsa Família reduz desigualdade educacional

% de estudantes de 15 anos da Rede Pública, na série/ano esperada



20% mais pobres



Restante 80%

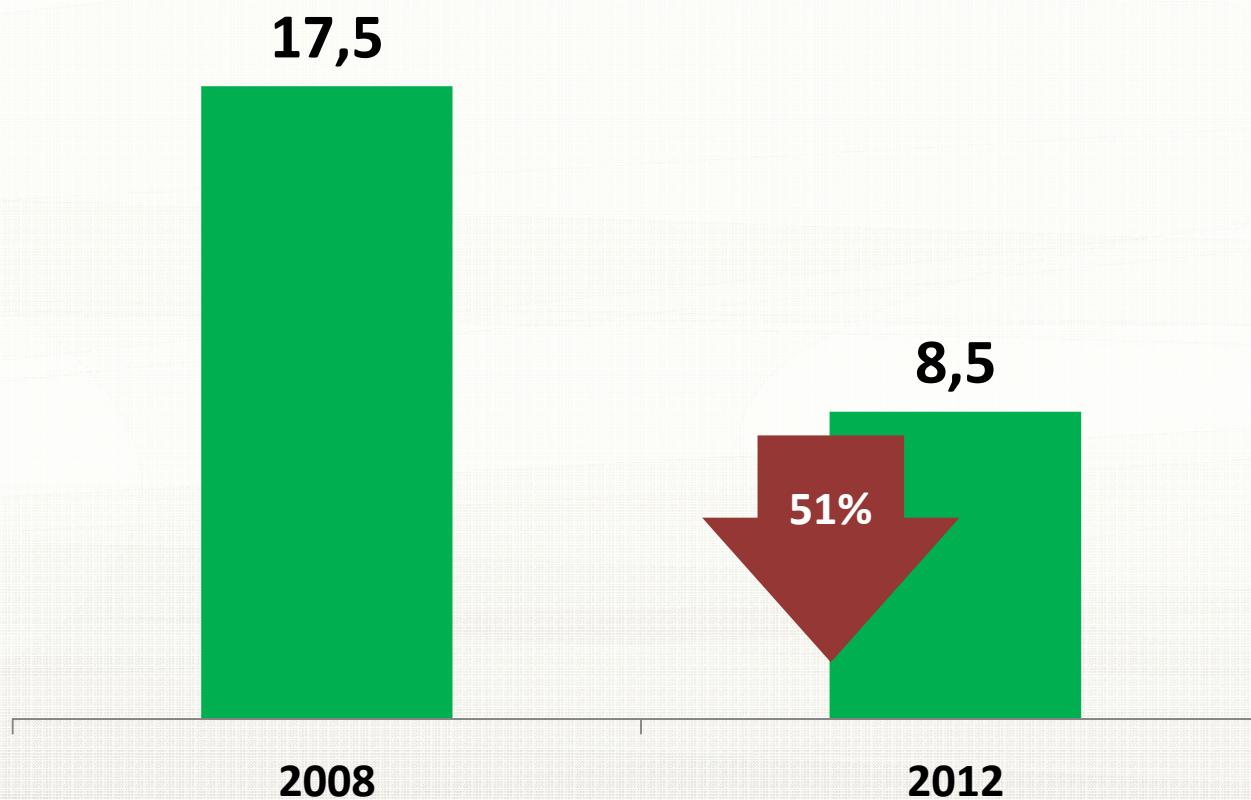
Bolsa Família + Programa Saúde da Família

46% de diminuição da mortalidade por diarreia

58% de redução da mortalidade por desnutrição

Prevalência de Déficit de Estatura Desnutrição Crônica (%)

Painel longitudinal com cerca de 360 mil crianças

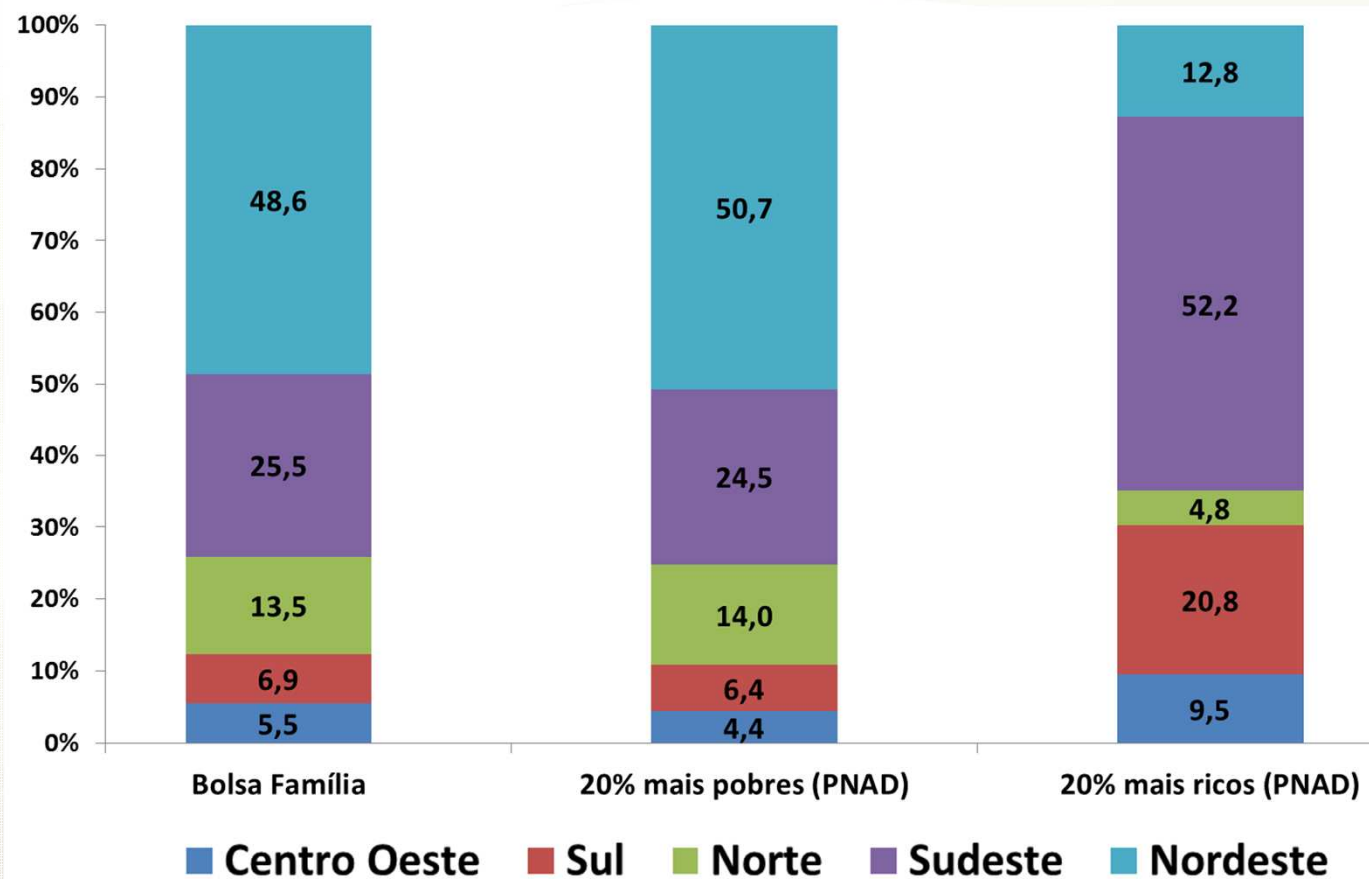


Fonte: Ministério da Saúde, elaboração MDS

Focalização do Bolsa Família

Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014

Proporção de pessoas por Região (%)

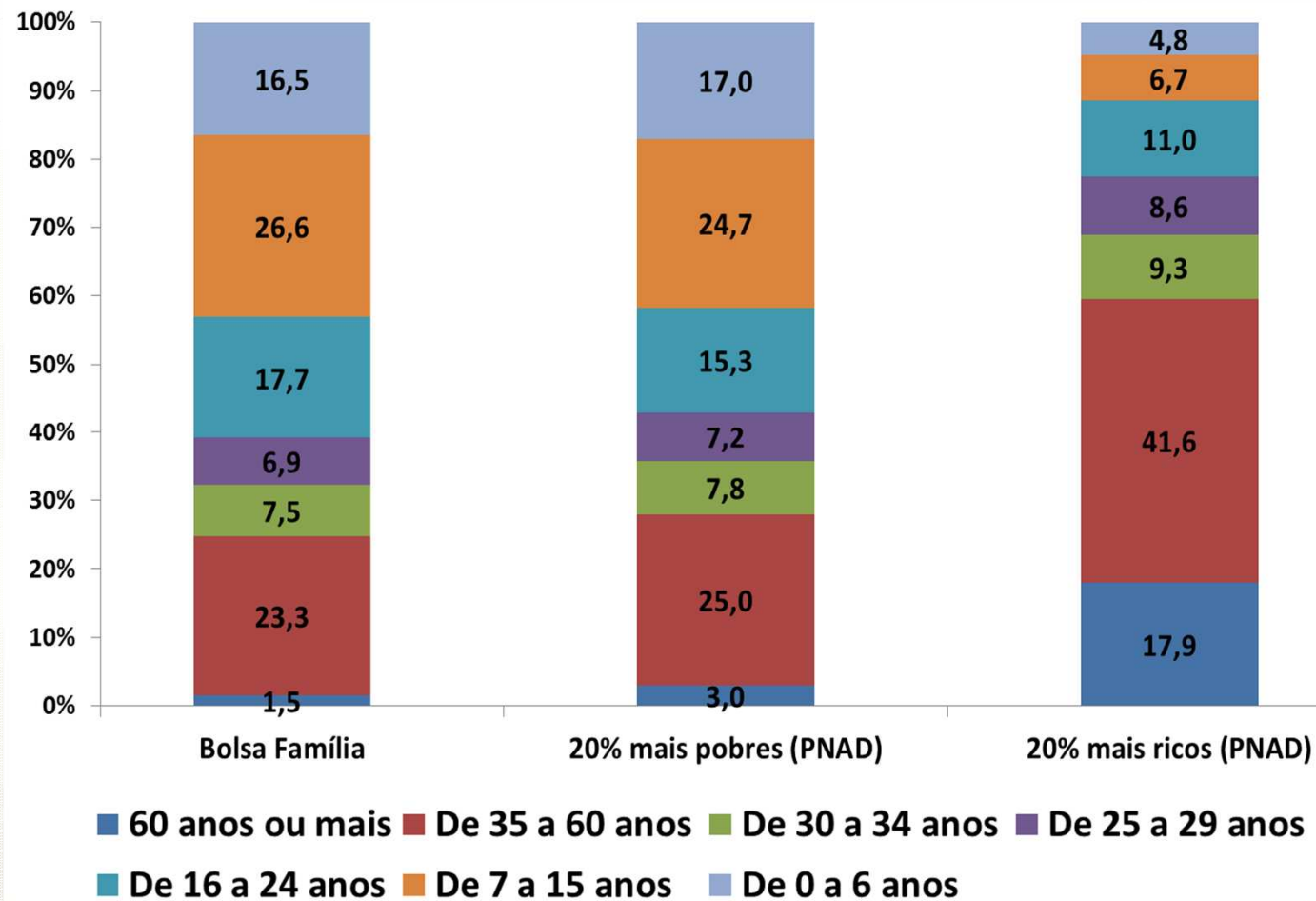


Fontes: SENARC/MDS. Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

Focalização do Bolsa Família

Comparação com PNAD 2014

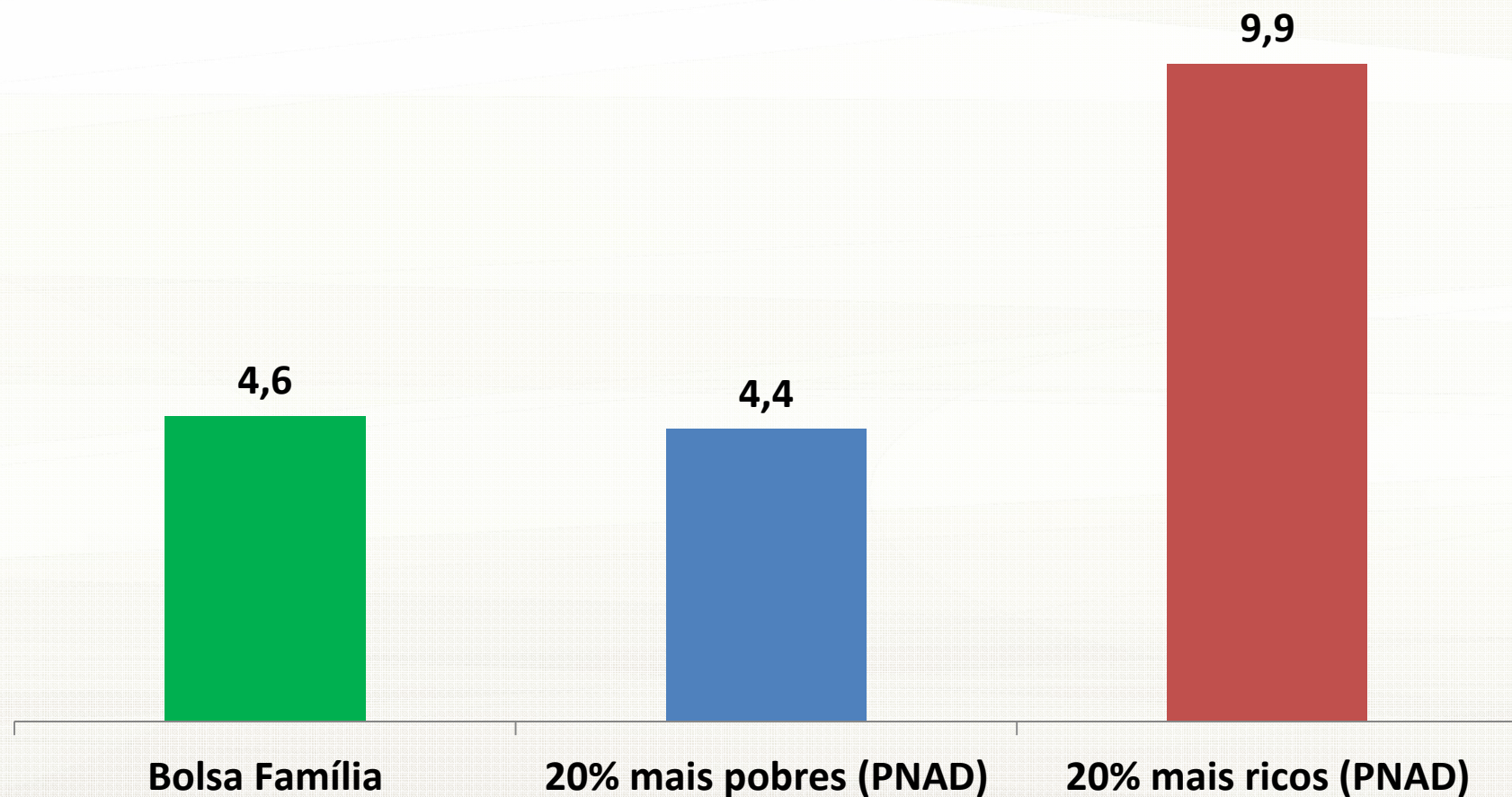
Proporção de pessoas por faixa etária (%)



Fontes: SENARC/MDS. Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

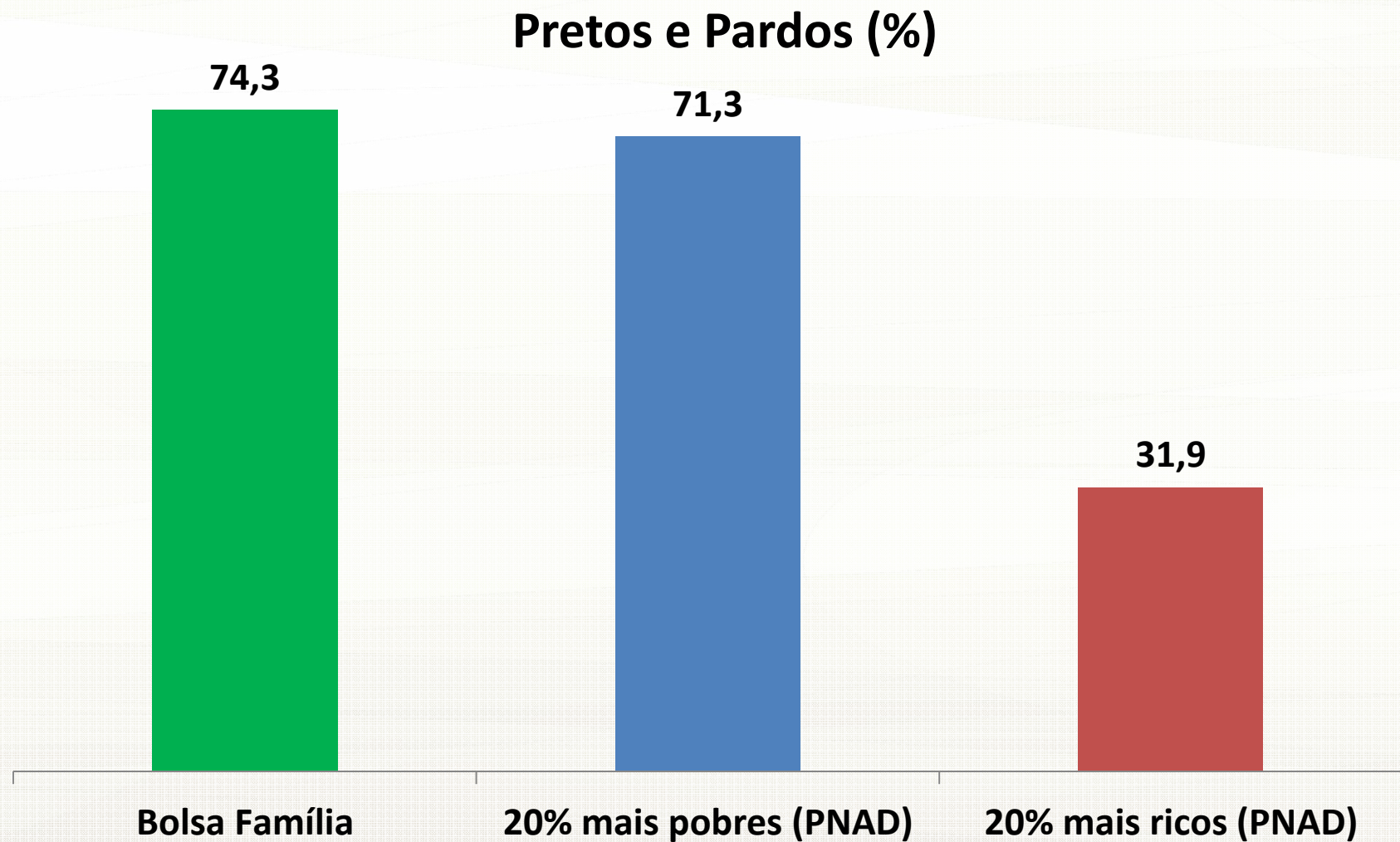
Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014

Número médio de anos de escolaridade



Fonte: SENARC/MDS – Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

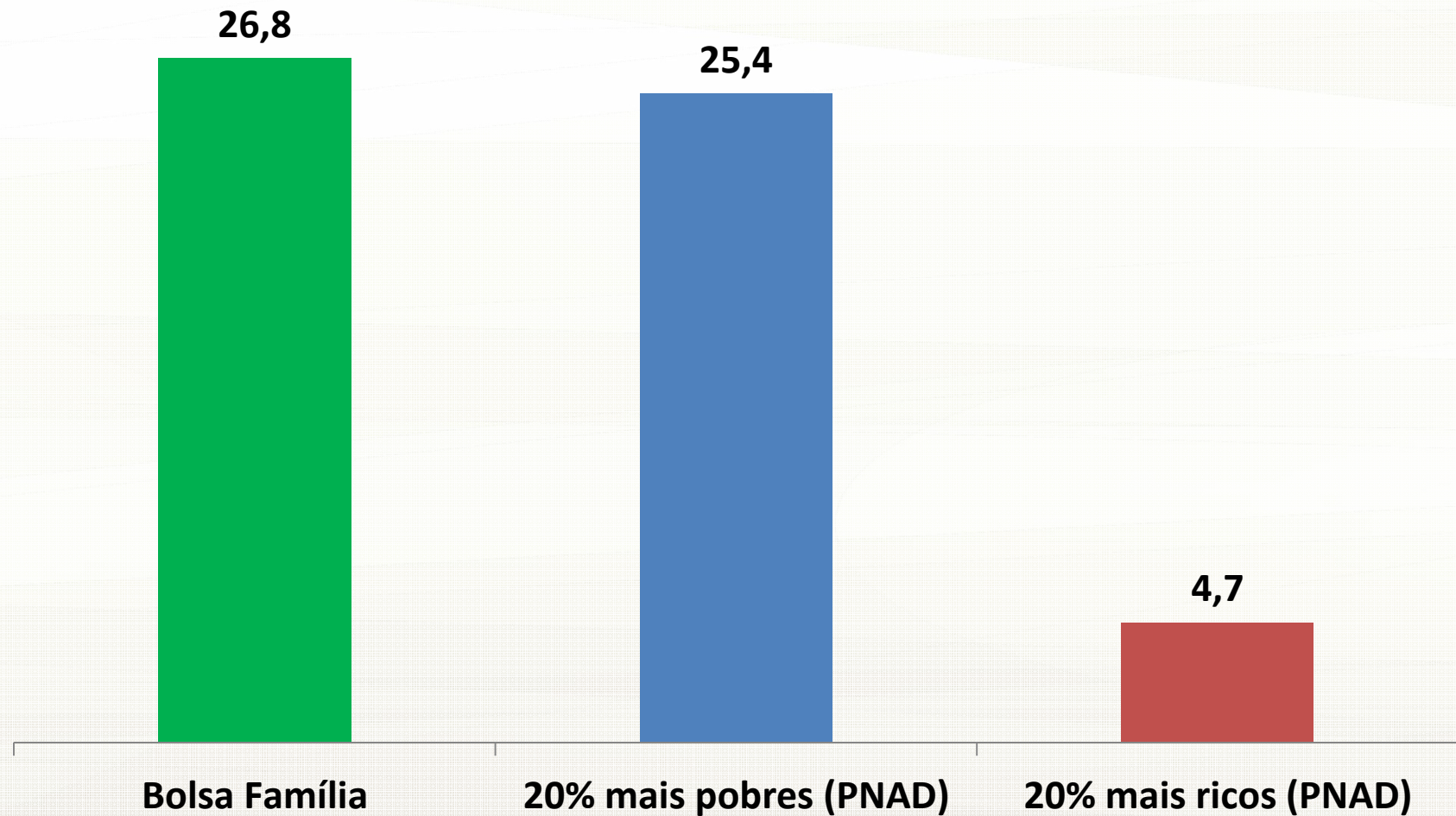
Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014



Fonte: SENARC/MDS – Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014

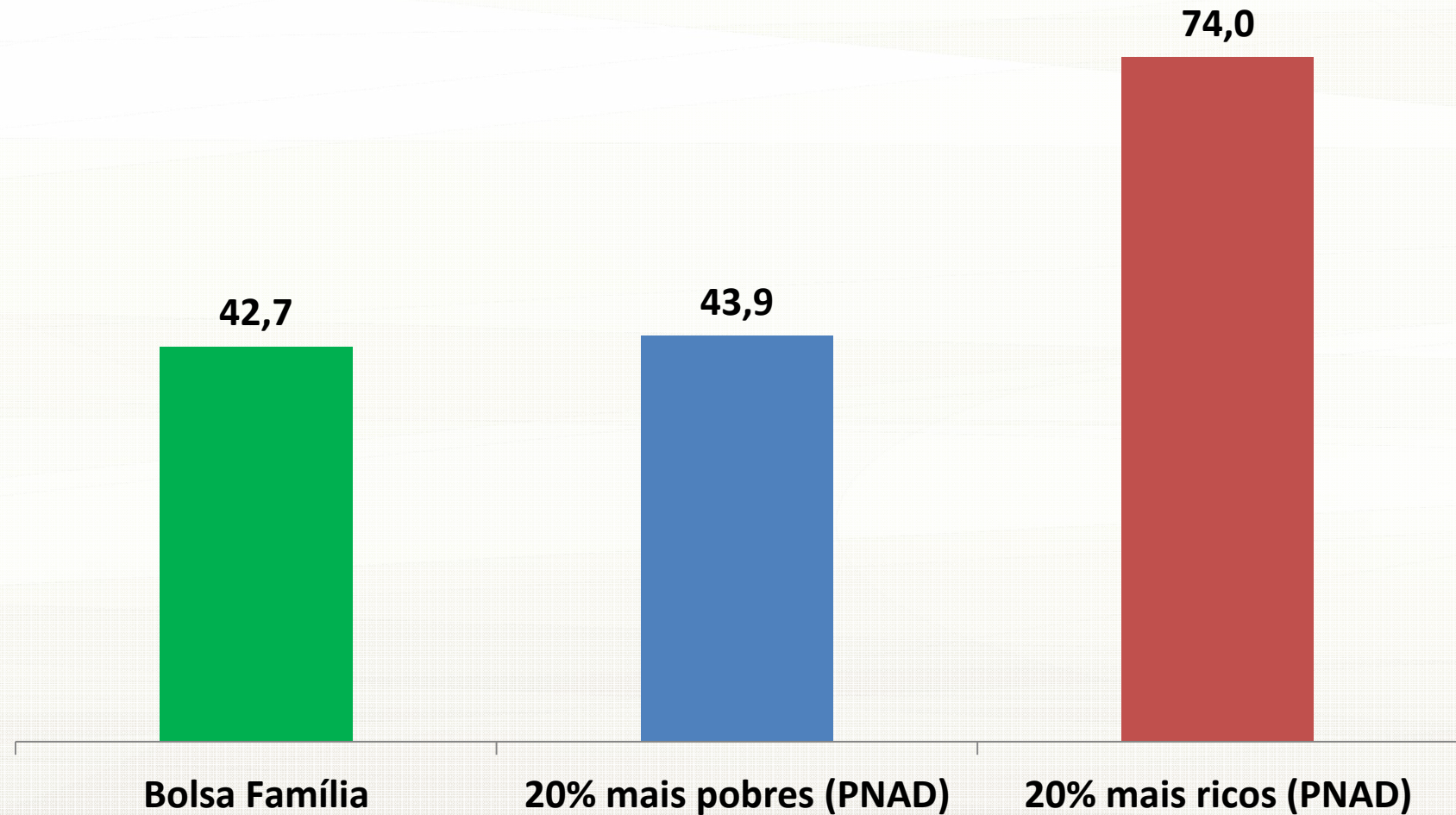
Famílias no meio rural (%)



Fonte: SENARC/MDS – Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014

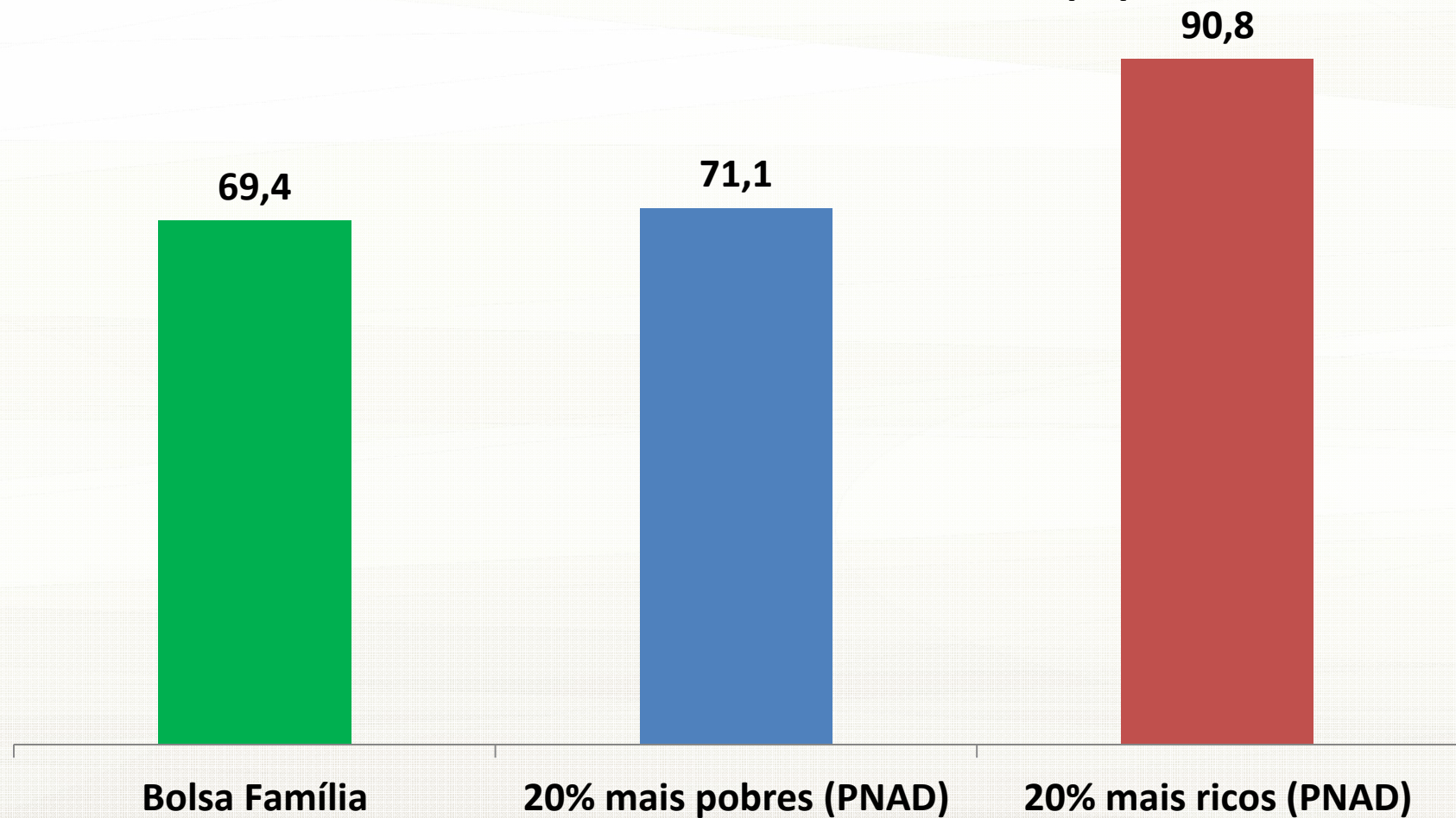
Tem rede coletora de esgoto ou pluvial (%)



Fonte: SENARC/MDS – Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

Focalização do Bolsa Família Comparação com PNAD 2014

O lixo é coletado diariamente (%)



Fonte: SENARC/MDS – Cadastro Único (Out. 2015) e PNAD 2014.

Execução Financeira e Orçamentária do Bolsa Família

Bolsa Família - Orçamento

ANO	LOA		Empenhado	% Empenho Dt. Inicial	% Empenho Dt. Final
	Dt. Inicial	Dt. Final			
2004	4.814.729.130	4.814.729.130	4.802.403.104	100	99,7
2005	5.437.800.000	4.376.119.777	4.308.508.006	79	98,5
2006	8.328.500.000	8.303.909.305	7.638.053.494	92	92,0
2007	8.605.200.000	8.755.556.796	8.755.556.796	102	100,0
2008	10.368.462.345	10.548.462.345	10.522.086.125	101	99,7
2009	11.434.280.000	11.844.280.000	11.844.280.000	104	100,0
2010	13.110.000.000	13.457.000.000	13.457.000.000	103	100,0
2011	13.400.140.000	16.699.040.000	16.643.978.332	124	99,7
2012	18.669.640.000	20.530.030.000	20.530.030.000	110	100,0
2013	21.434.660.000	23.997.460.000	23.997.460.000	112	100,0
2014	24.650.890.000	26.155.890.000	26.155.890.000	106	100,0
2015*	27.115.890.000	27.115.890.000	27.113.036.189	99,9	99,9
2016 (PL)	28.751.590.000				

*Até 30/11/2015

Bolsa Família – Execução Financeira

- Total de recursos não utilizados restituídos ao Tesouro Nacional:

2013 = R\$ 47,2 milhões

2014 = R\$ 59,9 milhões

- Saldo na conta suprimento em
31/12/2014 ⇒ R\$ 22,3 milhões
- A previsão orçamentária anual já considera o histórico de utilização dos recursos.

Bolsa Família – Efetividade de Saque

O Programa Bolsa Família se caracteriza pela alta efetividade de saque:

- **98,6%** das famílias sacaram seus benefícios dentro da validade, no ano de 2014;
- **99,3%** no primeiro semestre de 2015

Esses patamares de saque são iguais ou superiores ao de outros programas sociais da União.

Transparência e Mecanismos de Controle

Mecanismos de controle

- Portal da Transparência: nome do beneficiário e valor de todos benefícios são publicados
- Ouvidoria: 0800-7072003
- Atualização do cadastro até 2 anos
- Revisão Cadastral anual
- “Malha Fina”: MDS cruza bancos de dados com INSS, RAIS/CAGED, SISOBÍ, TSE (políticos eleitos) e convoca “Averiguação cadastral” anual

Mecanismos de controle

- Gestões Municipais são co-responsáveis pela prevenção e combate a fraudes
- Conselho Municipal de Assistência Social é instância de controle social

Agentes externos:

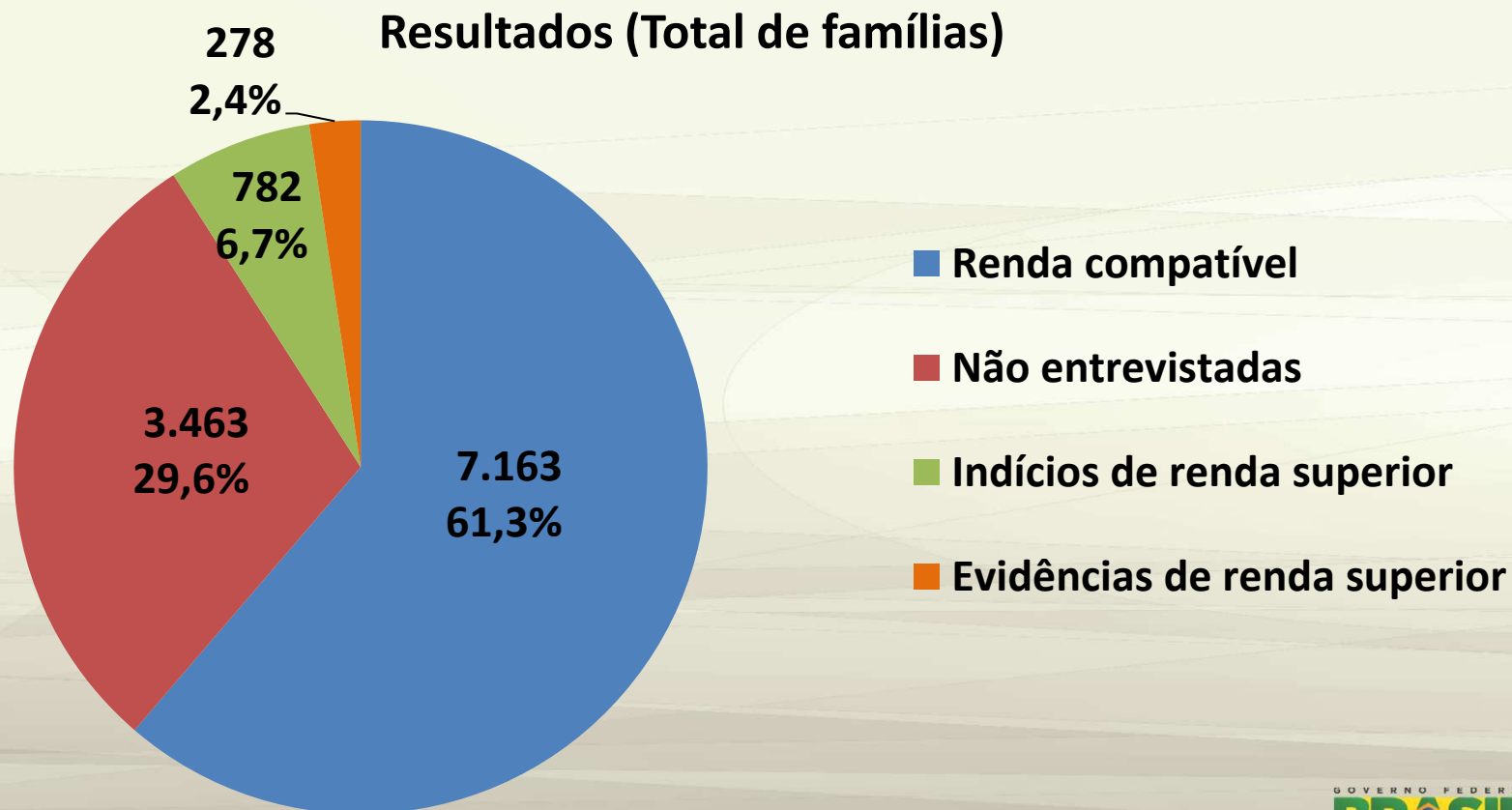
- Ministérios Públicos Federal e Estaduais
- TCU e CGU

Relatório de Averiguação Nº 7

CGU – outubro/2012

CGU consolidou fiscalização a 401 municípios no período 2007/2011

Pergunta: Existem famílias beneficiárias com renda per capita superior à estipulada pela legislação?



Relatório de Averiguação Nº 7

CGU – outubro/2012

“Deve-se ter cautela ao interpretar os dados obtidos (...) com relação aos casos de evidências e indícios apontados” – p.24

“Embora ainda existam ocorrências de cadastros não atualizados, cabe ressaltar que a SENARC tem envidado esforços no sentido de atualizar e validar as informações constantes do Cadastro Único” – p. 25

“Cabe esclarecer que as realizações desses cruzamentos veio ao encontro da recomendação emitida por esta CGU (...), visando avaliar a veracidade das informações acerca da renda declarada, minimizando, dessa forma, os desvios dessa espécie” – p. 26

Relatório de Averiguação Nº 7

CGU – outubro/2012

Existem alunos beneficiários com frequência escolar inferior à estipulada pelo Programa?

“Do total das 2.920 escolas visitadas, constatou-se que em apenas 363 (12,4%) destas havia pelo menos 1 aluno com frequência inferior a estipulada pelo Programa. **Tendo em vista que na grande maioria das escolas visitadas não foram identificados casos de descumprimento da condicionalidade da educação, não foram feitas recomendações estruturantes para esse ponto.**” (Grifo MDS)

Regra de Permanência

Estudo sobre Emprego, Banco Mundial 2015

- **Volatilidade da renda:** Os pobres estão mais sujeitos a exercer trabalhos não remunerados, trabalharem em tempo parcial ou trabalharem por conta própria com baixa remuneração
- **Baixa permanência no mercado formal:** menos de 50% dos pobres que ingressam no mercado permanecem empregados por mais de 20 meses
- **Demora para reentrar no mercado:** Ao perderem o emprego apenas 25% retornam a empregos formais nos dois anos seguintes.

Regra de Permanência

Objetivos:

- Dar segurança aos beneficiários que poderão continuar contando, temporariamente, com a transferência do Bolsa Família.
- Estímulo a busca de melhor inserção no mercado de trabalho;
- Incentivo a informação tempestiva a mudança de situação de renda.

Regra de Permanência: Fundamento Legal

Autorizada pela Lei nº10.836/04, Art. 2º, § 6

“Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.”

Regulamentada pelo Decreto nº 7.013/09 dispôs no § 1º do Art. 21:

“Sem prejuízo do disposto nas normas de gestão de benefícios e de condicionalidades do Programa Bolsa Família, a renda familiar mensal per capita fixada no art. 18, no período de que trata o caput, poderá sofrer variações sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa.”

Detalhada pela Portaria MDS nº 617/2010 que estabeleceu procedimentos para aplicação da regra de permanência.

Impactos do corte orçamentário no Bolsa Família

Simulação de um corte de R\$10 bi

23 milhões de pessoas sairiam do Bolsa Família

11 milhões menores
de 18 anos

8 milhões voltariam à
extrema pobreza

Destas, 3,7 milhões são
crianças e adolescentes

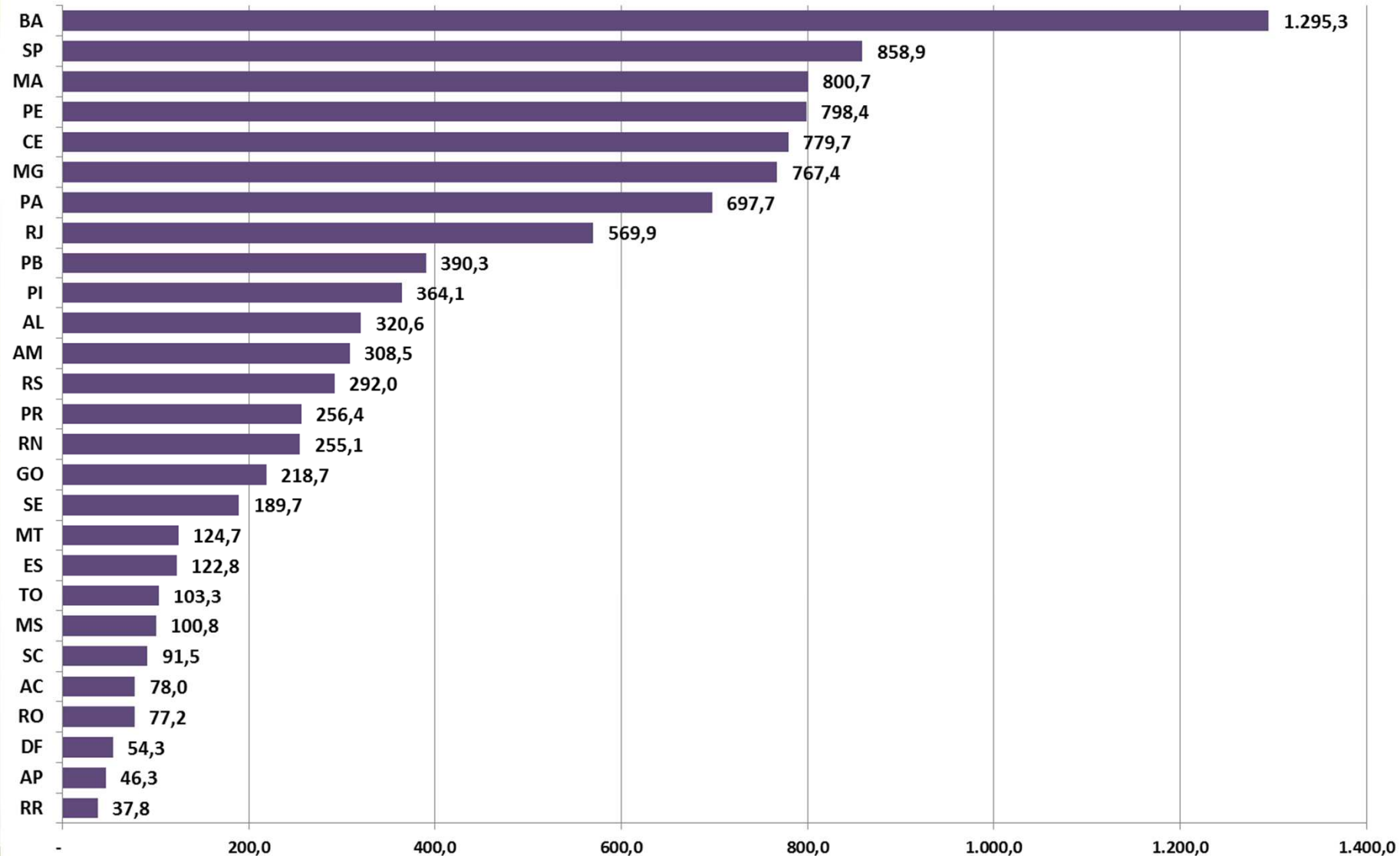
Critério adotado:

Preservar as famílias mais pobres

(Exclusão das famílias com maior renda mensal declarada)

UF	Total de pessoas beneficiárias do Bolsa Família	Total de pessoas que sairiam do Bolsa Família	Pessoas que sairiam do Bolsa Família (%)	Pessoas que entrariam na extrema pobreza	Pessoas que entrariam na extrema pobreza (%)
AC	354.977	124.632	35,1	38.746	31,1
AL	1.437.041	615.928	42,9	260.243	42,3
AM	1.443.064	573.650	39,8	201.169	35,1
AP	235.414	109.676	46,6	45.030	41,1
BA	5.915.885	2.270.250	38,4	1.011.994	44,6
CE	3.638.579	1.621.709	44,6	621.052	38,3
DF	343.584	233.464	67,9	58.970	25,3
ES	685.074	470.106	68,6	119.619	25,4
GO	1.139.669	794.981	69,8	219.465	27,6
MA	3.395.435	1.012.312	29,8	501.471	49,5
MG	4.017.409	2.550.075	63,5	698.551	27,4
MS	497.459	314.390	63,2	69.613	22,1
MT	637.289	427.966	67,2	105.587	24,7
PA	3.259.293	1.237.476	38,0	538.028	43,5
PB	1.682.566	573.955	34,1	262.368	45,7
PE	3.590.960	1.525.827	42,5	692.788	45,4
PI	1.491.404	418.775	28,1	162.671	38,8
PR	1.433.763	1.078.611	75,2	223.418	20,7
RJ	2.759.797	1.424.649	51,6	469.353	32,9
RN	1.197.415	571.679	47,7	219.865	38,5
RO	382.971	252.441	65,9	75.355	29,9
RR	174.518	79.885	45,8	26.483	33,2
RS	1.420.561	905.145	63,7	246.984	27,3
SC	505.693	369.157	73,0	71.807	19,5
SE	878.669	415.520	47,3	199.205	47,9
SP	4.847.106	2.966.277	61,2	764.006	25,8
TO	497.580	272.455	54,8	75.909	27,9
Total	47.863.175	23.210.991	48,5	7.979.750	34,4

Montante que deixaria de ser transferido à UF (R\$ milhões/ano)



Fonte: SENARC/MDS. Base folha setembro/2015

Montante que deixaria de ser transferido, por região (R\$ milhões/ano)

Regiões	Montante do Corte (R\$)	%	Pessoas que sairiam do Bolsa Família	%
Nordeste	5.193.928.391,72	51,9	9.025.955	38,9
Sudeste	2.318.929.892,14	23,2	7.411.107	31,9
Norte	1.348.813.301,06	13,5	2.650.215	11,4
Sul	639.827.755,66	6,4	2.352.913	10,1
Centro Oeste	498.500.659,42	5,0	1.770.801	7,6
Brasil	10.000.000.000,00	100,0	23.210.991	100,0

Estudos sobre volatilidade da renda entre os mais pobres

“Silva, Joana; Almeida, Rita; Strokova, Victoria. 2015. **Sustentando Melhorias no Emprego e nos salários no Brasil. Uma agenda de competências e empregos**
Washington, DC: World Bank.

https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/22545/Livro_completo-14OCT2015.pdf?sequence=12&isAllowed=y

SOARES, Segei; Leichsenring, Alexandre R. "**Precariedade, laboral, volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família**". In: IPEA. *Bolsa Família 2003 — 2010: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, volume 1, 2010.

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6604

Soares. S . **Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009b (Texto para Discussão, n. 1459). Disponível em: .

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1459.pdf

Estudos sobre impactos do PBF no diagnóstico e controle de hanseníase e tuberculose

Nery JS, Pereira SM, Rasella D, Penna MLF, Aquino R, et al. (2014) **Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy**. PLoS Negl Trop Dis 8(11): e3357.

<http://journals.plos.org/plosntds/article?id=10.1371/journal.pntd.0003357>

TORRENS, Ana Wieczorek. **Efetividade do Programa Bolsa Família na cura da tuberculose**. 2015. x, 45 f., il. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical)— Universidade de Brasília, Brasília, 2015

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18702>

REDUÇÃO DA POBREZA E O BOLSA FAMÍLIA

**Comissão de Seguridade
Social e Família**

Brasília, 02 de dezembro de 2015